



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001322-96.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **Janaina Petrucelli Pires Correa**
 Embargado: **Banco Bradesco S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos.

JANAÍNA PETRUCELLI PIRES CORRÊA, com qualificação nos autos, em sede de embargos à execução promovido em face de **BANCO BRADESCO S/A**, alega, em síntese, nulidade da execução por ausência de título executivo, por falta de assinatura ou indicação de duas testemunhas e excesso de execução, porque a dívida, que inicialmente era de R\$52.000,00, acabou ficando em R\$63.092,03. Afirma a existência de contratação de seguro prestamista, ou seja, seguro contra inadimplência que garantiria ao exequente a liquidação do crédito pelo prêmio do seguro. Aduz que era sócio da empresa Drillmine e de lá retirava os seus rendimentos mensais, porém, a empresa encontra-se em Recuperação Judicial. Batalha pela improcedência da execução, pela condenação da embargada a restituir os valores cobrados e o diferimento do pagamento das custas. Pleiteia que a Seguradora Bradesco Vida e Previdência assuma o risco da operação tendo em vista que o devedor foi atingido pela Recuperação Judicial da empresa em que trabalhava.

Juntou documentos (fls.08/18).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decisão a fls. determinou que a embargante emendasse a inicial, trazendo aos autos cópias das principais peças da ação executiva.

Emenda à inicial a fls.22.

Decisão a fls.39 indeferiu o recolhimento das custas processuais ao final.

Intimado, o embargado deixou de impugnar os embargos.

É o relatório. DECIDO.

Em se tratando de matéria de direito e de fato, que não demanda dilação probatória, conheço diretamente do pedido em julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, inciso I do NCPC.

É caso de improcedência dos embargos.

A cédula de crédito bancário é título executivo extrajudicial com previsão no artigo 28 da Lei 10.931/04. Não bastasse a previsão legal, as cédulas de crédito bancário em que se fundam a execução possuem taxa de juros previstas em contrato, data de vencimento certa, valor do crédito concedido.

A inicial da execução veio instruída com o demonstrativo de débito, no qual constam os cálculos realizados, com especificação do principal e encargos exigidos, em conformidade com o estabelecido no inciso I, do art. 28, § 2º, da LF 10.931/04, que atendem os requisitos do art. 28, § 2º, da LF 10.931/04.

A ausência de testemunhas no ato de formalização do contrato é realmente dispensável, pois a cédula de crédito bancário possui previsão legal expressa e força de título executivo independentemente de testemunhas presente ao ato.

A lei emprestou a ele força executiva (art. 784, XII) e não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

depende daquela executividade genérica emprestada a todo instrumento particular assinado por duas testemunhas (art. 784, II).

Nesse sentido a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: 2066709-90.2017.8.26.0000 **EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE** – Admissível a exceção de pré-executividade, fundada em alegações de nulidade da execução ou de inexigibilidade do título, quando aferíveis de plano, com base em prova documental, sem necessidade de dilação probatória. **CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO** – Cédula de crédito bancário, representativa de operação de crédito, de qualquer modalidade, como previsto no art. 26, da LF 10.931/2004, acompanhada de demonstrativo de débito e preenchidos os requisitos previstos no art. 28, da mesma Lei, é título executivo extrajudicial, independentemente de haver ou não novação da dívida confessada ou da origem desta, bem como dos documentos relativos à dívida originária confessada – **Cédula de crédito bancário, ainda que não subscrita por duas testemunhas, é título executivo extrajudicial, visto que não há exigência neste sentido, nos termos dos arts. 28 e 29, da LF 10.931/04, e arts. 783 e 784, XII, do CPC/2015 (correspondente, respectivamente, aos arts. 586 e 585, VIII, do CPC/1973)** – No caso dos autos, além da cédula de crédito bancário exequenda, assinada pelas partes executadas, a inicial da execução veio instruída com o demonstrativo de débito, no qual constam os cálculos realizados, com especificação do principal e encargos exigidos, em conformidade com o estabelecido no inciso I, do art. 28, § 2º, da LF 10.931/04, que atendem os requisitos do art. 28, § 2º, da LF 10.931/04 – Como a cédula de crédito bancário exequenda, que compreende crédito decorrente de operação de crédito, com previsão de pagamento em parcelas


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fixas e pré-fixadas, satisfaz os requisitos do art. 28, da LF 10.913/04, ela constitui título executivo extrajudicial, independentemente da juntada de documentos relativos a outros contratos bancários – A cédula de crédito bancário embasadora da execução constitui título executivo extrajudicial, nos termos do art. 28, da LF 10.931/04, e arts. 784, XII, e 783, do CPC/2015 (correspondentes, respectivamente, aos arts. 585, VIII, e 586, do CPC/1973) – Rejeição da alegação de nulidade da execução, por ausência de título executivo. LEGITIMIDADE – Como o agravante figura como avalista no título exequendo, de rigor, o reconhecimento de sua legitimidade passiva, impondo-se, em consequência, a manutenção da r. decisão agravada, nessa questão. CESSÃO DE CRÉDITO - Admissível o ajuizamento ou o ingresso de cessionário, no polo ativo da execução, em substituição do cedente, na posição de exequente, como estabelece o art. 778, §1º, III, CPC/2015 (correspondente ao art. 567, II, do CPC/1973), quando o direito resultante do título executivo lhe for transferido por atos entre vivos, independentemente da concordância do executado - A ausência de notificação quanto à cessão de crédito não tem o condão de liberar o devedor do adimplemento da obrigação, nem de impedir o cessionário de praticar os atos necessários à conservação do seu crédito, como o registro do nome do inadimplente nos órgãos de proteção ao crédito, mas apenas dispensar o devedor que tenha prestado a obrigação diretamente ao cedente de pagá-la novamente ao cessionário, visto que o objetivo da notificação é informar ao devedor quem é o seu novo credor, isto é, a quem deve ser dirigida a prestação. Recurso desprovido. (Relator(a): Rebello Pinho; Comarca: Sorocaba; Órgão julgador: 20ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 22/05/2017; Data de registro: 24/05/2017)


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A alegação de excesso de execução também não se sustenta, já que a embargante sequer apresentou cálculos dos valores que entende devidos. Ademais, a alegação não tem amparo por qualquer argumento juridicamente válido.

Por fim, a embargante não provou ter comunicado ao credor ou à seguradora sobre a ocorrência de hipótese que acreditava estar coberta pelo seguro. Além disso, para desemprego involuntário a cobertura é exclusiva para segurados que possuam vínculo empregatício (carteira de trabalho assinada), mediante comprovação de pelo menos, 12 meses de vínculo empregatício para um mesmo empregador, na data do evento (**cf. fls.08**).

Destarte, julgo improcedentes os embargos para que a execução prossiga.

Dada a sucumbência da embargante, arcará com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor do débito em execução.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 07 de junho de 2017.

Juiz(a) Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**